

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: instrumento de controle ou de mediação?

LEARNING'S EVALUATION: instrument of control or mediation?

Janaina Proença Cândido¹

Sirley Leite Freitas²

RESUMO

O presente artigo foi escrito com base em uma pesquisa bibliográfica em livros e outros trabalhos com o tema da avaliação da aprendizagem e tem por objetivo realizar um estudo sobre avaliação e se ela está sendo utilizada como um instrumento de controle e coerção ou de mediação no processo de ensino e aprendizagem. Será apresentado um breve contexto histórico e a explanação de conceitos importantes para a compreensão desse assunto. Faremos ainda uma comparação entre prova/exame e a avaliação da aprendizagem como mediadora na educação básica e na universidade. Veremos que a avaliação é utilizada basicamente para classificação e quantificação do conhecimento dos discentes e não como um instrumento para auxiliar a transformação da educação por meio da mediação do aprender e ensinar.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino-aprendizagem; Avaliação da aprendizagem.

ABSTRACT

The present article was written based on a bibliographical research in books and other works on the subject of appraisal of learning and aims to conduct a study on evaluation and whether it is being used as an instrument of control and coercion or mediation in the process of teaching and learning. A brief historical context and the explanation of important concepts will be presented for the understanding of this subject. We will also make a comparison between test/exam and the evaluation of learning as a mediator in basic education and university. We will see that evaluation is used primarily for the classification and quantification of students knowledge and not as an instrument to aid the transformation of education through the mediation of learning and teaching.

Keywords: Evaluation; Teaching-learning; Learning's evaluation.

¹. Graduanda do 7º Período do Curso de Licenciatura em Matemática. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campus Cacoal. E-mail: cndido.janaina74@gmail.com.

². Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - Campus Cacoal. E-mail: sirley.freitas@ifro.edu.br.

Introdução

Atualmente a avaliação da aprendizagem é um tema muito discutido no contexto educacional, já que sua verdadeira essência ainda não é genuinamente conhecida pelo corpo docente atuante em nossas escolas e universidades. Tem-se em nosso sistema educacional a avaliação como ‘vilã’ do processo educativo, em que seu principal papel (ou talvez o único) é de excluir àqueles alunos com dificuldades e selecionar os melhores e mais ‘inteligentes’, além de ser um instrumento de autoritarismo do professor.

Vale ressaltar que quando falamos em avaliação da aprendizagem, inclui-se a utilização de tal na educação básica e no ensino superior. Um graduando em matemática, por exemplo, que passa por processos avaliativos durante sua formação, se colocado somente frente a instrumentos avaliativos classificatórios (ou seja, testes e provas) durante toda sua formação, teremos um profissional que utilizará em suas aulas somente esses instrumentos; ou seja, ele não terá o conhecimento de uma avaliação da aprendizagem que visa conhecer o que o aluno está conseguindo assimilar ou não e terá sempre em mente que ele deve classificar seus alunos entre “bons e ruins”, “melhores e piores”, sempre premiando os que tiram notas boas e deixando de lado os outros por suas notas baixas.

Neste artigo buscamos apresentar uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa referente ao uso da avaliação e se ela tem sido utilizada como um instrumento de controle e coerção ou de mediação do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto usamos como aporte teórico as discussões trazidas por Esteban (1997), Foucault (2007), Hoffman (2014a; 2014b) e Luckesi (2005; 2011). Será relatado primeiramente o contexto histórico da avaliação da aprendizagem e em seguida apresentaremos se sua utilização dar-se-á como um instrumento de controle e coerção ou como um instrumento de mediação do processo de ensino-aprendizagem.

Contexto histórico

Na história da avaliação da aprendizagem temos que esse termo em si é recente, já o termo exame é bem mais antigo. Segundo Luckesi (2011) “os exames escolares, que conhecemos e hoje ainda praticamos em nossas escolas foram sistematizados no decorrer dos séculos XVI e XVII, junto com a emergência da modernidade” (p. 27). Vemos aqui que o autor adverte que até hoje praticamos o exame, isso porque houve sim algumas mudanças na forma de avaliar um aluno, mas elas foram superficiais.

Alguns teóricos contribuíram para a formação do conceito de avaliação presente em nosso meio, tais como Tyler, Crombrach, Scriven, Stufflebean e Stake (VIANNA *apud* RAMPAZZO *et. al.*, 2012, p. 4). Tyler apresentou ideias nas décadas de 1920 e 1930 sobre avaliação que influenciou

estudiosos como Luckesi e Hoffman no Brasil no final do século XX, esses por sua vez procuraram traduzir a compreensão do sentido da avaliação nas escolas. Temos ainda que,

A expressão avaliação educacional assumiu, no final do século XX, a conotação de um campo mais amplo que incluía avaliação em larga escala, como os sistemas macro de avaliação a avaliação institucional em todos os níveis, e outros. A avaliação realizada na escola com o fim de verificar e acompanhar a aprendizagem do aluno restringiu-se ao termo avaliação da aprendizagem ou avaliação da aprendizagem escolar (RAMPAZZO *et. al.*, 2012, p. 5).

No Brasil, a expressão em questão começou a ser discutida no final dos anos 1960, isso porque na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 ainda trazia o termo exame em um de seus capítulos e somente na LDB do ano de 1996 serviu-se do termo “avaliação da aprendizagem”. Mas infelizmente, nos dias atuais, as escolas públicas e privadas estão praticando muito mais exames escolares do que a avaliação da aprendizagem.

Adentrando agora nos conceitos de avaliação da aprendizagem, com base nos estudos e discussões de vários autores sobre o tema, teve-se como resultado várias concepções que existem sobre a avaliação no âmbito escolar, algumas delas discutidas a seguir. Haydt (1988) considera que a avaliação da aprendizagem apresenta três funções básicas: diagnosticar (investigar), controlar (acompanhar) e classificar (valorar). Pautadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa das quais serão caracterizadas logo abaixo.

- **Avaliação diagnóstica**

De acordo com Freitas e outros (2014, p. 87) “a avaliação diagnóstica visa verificar a existência ou ausência, de habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos, esta é uma ação que inicia o processo avaliativo e verifica se os alunos dominam os pré-requisitos necessários para novas aprendizagens”. Sendo assim a avaliação diagnóstica deve ser aplicada no início do semestre de um curso ou no começo do ano letivo para que o professor tenha ciência do real conhecimento do educando, ou seja, será verificado o que deve ser revisado para dar seguimento a aplicação dos novos conteúdos.

Podemos entender também esse tipo de avaliação como a simples exposição da situação do aluno sem que haja o comprometimento com a reorientação, em caso da necessidade de alcançar um resultado mais satisfatório (MACEDO, 2005) e não leva em conta a reorientação do trabalho educativo como função da superação das dificuldades do aluno como parte da ação avaliativa.

- **Avaliação formativa**

A essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com os alunos e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso da aprendizagem dos estudantes. Sendo assim,

[...] uma avaliação formativa informa os dois principais atores do processo: O professor, que será informado dos efeitos reais de seu trabalho pedagógico, poderá regular sua ação a partir disso. O aluno, que não somente saberá onde anda, mas poderá tomar consciência das dificuldades que encontra e tornar-se-á capaz, na melhor das hipóteses, de reconhecer e corrigir ele próprio seus erros. (HADJI, 2001, p. 20).

Logo percebemos que esse tipo de avaliação é contínua, ou seja, é realizada durante todo o período letivo e vale ressaltar que a postura do professor é essencial na avaliação formativa.

- **Avaliação somativa**

Essa avaliação é realizada no final do processo de ensino, para se constatar o que o aluno conseguiu assimilar dos conteúdos trabalhados pelo professor, logo ela é utilizada no processo de ascensão dos alunos de uma série para outra, então

[...] ela consiste em classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final de um semestre, ano ou curso, de acordo com níveis de aproveitamento preestabelecidos. Portanto, consiste em atribuir ao aluno uma nota ou conceito final para fins de promoção. (HAYDT, 1988, p. 25).

Para Villas Boas (2006), quando discorremos sobre avaliação escolar, embora esta ocorra de diversas maneiras e em diversos momentos, podemos classificá-la em duas, sendo elas a avaliação formal e a avaliação informal. A primeira e a mais praticada, é feita a partir de provas e atividades quase sempre escritas, como na forma de textos, relatórios e resolução de exercícios. Nesse tipo de avaliação, os envolvidos (alunos, professores e pais) sabem como e quando ela acontece. Além disso, esse estilo de avaliação usualmente recebe um parecer em forma de nota ou conceito.

A avaliação informal ocorre principalmente na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental. Acontece pela interação entre alunos e professores, independente do momento e do espaço em que acontece o trabalho escolar. No momento em que um aluno mostra para o professor como desempenha sua tarefa, ou quando solicita ajuda no desenvolvimento de uma atividade, desde que o professor esteja atento para perceber o entender do aluno, é, sem dúvida, uma ação avaliativa. A avaliação informal é importante e pode ser grande aliada do aluno e do professor se empregada adequadamente.

Exame *versus* avaliação

Na educação brasileira, quase sempre que se fala em avaliação da aprendizagem ouve-se também o termo ‘prova’; isso ocorre devido a avaliação ser na verdade um exame que se manteve

através da aplicação de provas de caráter classificatória que separa os ‘mais inteligentes’ dos ‘menos inteligentes’. Com isso se caracteriza a “pedagogia do exame” (LUCKESI, 2005), nesse tipo de prática o que importa são as notas. Os alunos fazem provas e exames durante o ano, as notas normalmente vão sendo observadas e são elas que predominam: não importa como elas foram obtidas, nem por quais caminhos. Um exemplo da aplicação de exame nos dias atuais são àqueles simulados que algumas escolas de ensino médio desenvolvem para que seus alunos sejam ‘treinados’ para conseguir resolver provas de vestibulares e obterem uma vaga na universidade.

Para Luckesi (2005, p. 36) “os exames expressam aquilo que o educando conseguiu fazer com as lições do educador ou de outros meios”; isso é observado na condição de que os exames são pontuais, ou seja, o aluno precisa responder de maneira adequada exatamente naquela hora demonstrando o que sabe; e o seu objetivo é aprovar ou reprovar os alunos em sua trajetória. Ao analisar o conceito de exame escolar, vemos que essa ferramenta é utilizada para medir o desempenho do aluno, ou seja, para quantificar seu conhecimento, isso o torna um instrumento de coerção e controle perante os alunos, deixando evidente o poder do professor. Sendo assim,

[...] o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade (FOUCAULT, 2007, p. 154).

O uso de exames também é evidente no ensino superior, isso porque as “avaliações externas” são muito importantes para a concepção de uma universidade de excelência perante a sociedade, ou seja,

No afã de “provar” sua transparência/qualidade, as instituições entregam-se às práticas avaliativas externas, ansiosas por obter boas notas. Estas, ao serem publicizadas, são festejadas pelo potencial que desfrutam de dar uma viabilidade institucional capaz de captar novos alunos, ávidos por um certificado de uma instituição idônea. Situar-se bem no ranqueamento produzido pela metodologia de avaliação utilizada – à qual a mídia se curva e se incube de disseminar – passou a ser objeto de desejo das instituições de ensino superior (SORDI, 2002, p. 65-66).

Tendo em vista que os resultados externos sejam tão importantes, os graduandos são treinados com avaliações que visam a memorização de conteúdos, dão ênfase na reprodução de argumentos e pontos de vistas que são passados pelos seus docentes; o que tem como reflexo profissionais não críticos. Além disso a avaliação aparece quase sempre desvinculada do processo de ensino, o que causa nos discentes a ansiedade e pressão para se obter resultados ditos satisfatórios. Logo “pretender que o Ensino Superior forme um profissional maduro, pensante, crítico, questionador e transformador, por meio de um ensino acrítico e de uma avaliação

concentrada na memorização e nos níveis mais baixos de entendimento, significa no mínimo ingenuidade” (VASCONCELLOS, 2009, p. 147).

Hoffmann (2014a) afirma “que ‘avaliação’ é um termo indefinido” já que alunos e professores lhe concedem diferentes significados, e sempre relaciona elementos de uma avaliação tradicional como, por exemplo, as provas, notas e conceitos, boletim e a aprovação/reprovação. Com isso observa-se que a escola não está realizando a avaliação da aprendizagem e sim uma verificação. O processo de verificação é caracterizado pela observação, obtenção, análise e síntese de dados relacionados ao objeto de estudo; esse processo finaliza quando o resultado é obtido, não permitindo que o sujeito retire consequências novas ou significativas. Ou seja, vemos que na verificação o professor irá observar os alunos em sala, coletar os dados (por meio de provas) e então lançar a nota dele. Já o ato de avaliar consiste em coleta, análise e síntese de dados que caracterizam o objeto de estudo, acrescentado uma atribuição de valor ou qualidade; esse valor ou qualidade é o que vai direcionar a uma tomada de uma nova decisão: manter o objeto como está ou atuar sobre ele. Portanto

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato de ultrapassar a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou *com* ele. A verificação é uma ação que ‘congela’ o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação (LUCKESI, 2011, p. 53, grifo do autor).

Com isso, compreende-se que a avaliação não é um ato independente, mas parte do processo de ensino e aprendizagem. É interligado as demais atividades de ensino, ou seja, “enquanto se ensina, se avalia, ou, enquanto se avalia, se ensina” (LUCKESI, 2005, p. 34).

A avaliação classificatória e a mediadora possuem objetivos diferentes, gerando resultados diferentes. Podemos analisar essa questão no quadro abaixo:

Quadro 1 – Avaliação mediadora

<p>APRENDIZAGEM ></p> <p>Aprendizagem como modificação de comportamento que alguém que ensina produz em alguém que aprende (visão behaviorista).</p>	<p>AValiação CLASSIFICATÓRIA</p> <p>Avaliação como controle permanentemente exercido sobre o aluno para que ele demonstre comportamentos definidos como ideias pelo professor. Dialogar como perguntar e ouvir respostas. Acompanhar como estar sempre junto para observar e registrar resultados.</p>
<p>APRENDIZAGEM ></p> <p>Aprendizagem como construção do conhecimento e organização das experiências vividas pelos sujeitos numa compreensão progressiva das noções (visão</p>	<p>AValiação MEDIADORA</p> <p>Avaliação como ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as situações vividas, a formular e a reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber</p>

construtivista/sociointeracionista).	enriquecido. Dialogar entendido como a reflexão professor/aluno sobre o objeto de conhecimento. Acompanhar como favorecer o “vir a ser” por meio das ações educativas que promovam a superação do aluno.
--------------------------------------	--

Fonte: Hoffmann, 2014b, p.147.

Observando o quadro acima, vemos o contraste que há entre esses dois lados da avaliação; a classificatória tem por resultado indivíduos que detém do senso comum, são repetidores dos ensinamentos de seus professores. Já a mediadora faz com que o indivíduo utilize seus conhecimentos para superar seus obstáculos, trazendo a prática reflexiva em sua vida, tornando-o crítico a ponto de saber formular e reformular os ensinamentos apresentados pelos docentes.

A verdadeira essência da avaliação da aprendizagem

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio de ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados [...]. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem (LUCKESI, 2011, p. 36).

Com o trecho acima retirado do livro “Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições” (LUCKESI, 2011), podemos observar que todos os envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem não estão preocupados com os conhecimentos aprendidos pelo educando, mas sim com as notas, não importando se houve dificuldades, se realmente o conteúdo foi compreendido ou simplesmente decorado. Portanto, a avaliação não está sendo realizada corretamente, ela não está cumprindo sua essência no processo de ensino-aprendizagem.

Temos que ter em mente que “a avaliação da aprendizagem é um momento privilegiado de estudo, e não um acerto de contas” (MORETTO, 2014, p. 119), portanto ela não deve ser usada como um instrumento de ‘tortura’ para punir os alunos. Sendo assim,

Avaliar o aluno deixa de significar fazer um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção de conhecimentos, o que o aluno não sabe o que pode vir, a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer (ESTEBAN 1997, p.53).

A compreensão da avaliação como parte do processo educativo implica em avançar no sentido de analisar suas finalidades e funções. Deve-se partir da ideia de, para que avaliar, o que avaliar e como avaliar, para que haja uma adequada seleção dos instrumentos de avaliação na prática educativa. Já que não avaliamos apenas para dar notas, nem para medir o conhecimento da turma em geral, mas sim para traduzir a aprendizagem do aluno.

Para que a avaliação da aprendizagem ocorra verdadeiramente nas escolas, deve haver um processo árduo de transformação do sistema escolar, da formação de professores e do pensamento do aluno de que nota é melhor que conhecimento.

Considerações finais

Observamos nesse trabalho que, o que ocorre em nossas escolas não é uma verdadeira avaliação da aprendizagem, mas sim uma verificação e medição de conhecimentos por meio de exames; e que infelizmente a mesma tem sido um instrumento de coerção e autoritarismo por parte do professor, os docentes usam os próprios recursos didáticos como punição, por exemplo, passam atividades a mais caso os alunos conversem mais alto, dão provas difíceis quando eles ‘não prestam atenção’ e outros atos semelhantes.

O controle e mecanização do ensino-aprendizagem, traz como consequência indivíduos e profissionais incapacitados nos quais obtiveram pouca retenção de conhecimento, devido a memorização de fórmulas e conceitos durante as aulas em todo seu processo educativo.

Isso implica na necessidade de uma transformação em nossa maneira de se avaliar, realizá-la de forma diagnóstica, somativa e formativa; colocando em prática a avaliação mediadora que é investigativa no processo de ensino-aprendizagem, onde há uma interação entre aluno e professor para a busca do conhecimento e a formação de um indivíduo crítico.

Recebido em: 12/ 03/ 2018

Aprovado em: 30/ 05/ 2018

Referências

ESTEBAN, M. T. **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. DP&A, 4. ed., Rio de Janeiro, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREITAS, S. L. et al. **Avaliação Educacional**: formas de uso na prática pedagógica. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 85-98, 2014.

- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio**. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014a.
- _____. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014b.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 2011.
- _____. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.
- MACEDO, L. **Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- RAMPAZZO, S. R. R. et al. **Avaliação e ação docente**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- SORDI, M. R. L. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: VILLAS BOAS, B. M. F. (org). **Avaliação: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 2002, p.65-81.
- VASCONCELLOS, M. M. M. **Avaliação e ética**. 2ed, ver. Ampl. Londrina: EDUEL, 2009.
- VILLAS BOAS, B. M. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.